

HABEAS CORPUS Nº 548.929 - AC (2019/0358420-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : **HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA E OUTRO**
ADVOGADOS : **HELANE CHRISTINA DA ROCHA SILVA - AC004014**
 : **MATHEUS DA COSTA MOURA - AC005492**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**
PACIENTE : **RICARDO CORDEIRO DA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RICARDO CORDEIRO DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (HC n. 1001692-52.2019.801.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 23/7/2018 pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, incisos I e IV, e art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c § 4º, última parte (em relação a uma vítima) e c/c art. 14, inciso II (em relação a duas vítimas), todos do Código Penal (homicídio qualificado consumado e homicídio culposo e homicídios qualificados tentados).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO DA PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. RÉU PRONUNCIADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRESENÇA NA DECISÃO COMBATIDA DE PRESSUPOSTO AUTORIZADOR DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO SATISFATORIAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO.

1. Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (enunciado n. 21 da Súmula do STJ).

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico e a medida deve estar embasada em decisão

Superior Tribunal de Justiça

judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

3. Na hipótese vertente, não há que falar em ausência de fundamentação na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva do Paciente quando presentes os pressupostos dos arts. 312 e 313, I, ambos do Código de Processo Penal, devidamente demonstrados por intermédio de dados concretos existentes nos autos.

4. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

5. Writ conhecido e denegado (fls. 45/46).

No presente *writ*, assevera que não há indícios suficientes de autoria, tanto que o inquérito foi concluído sem apontar quem seriam os envolvidos na prática delituosa. Pondera que uma das testemunhas descreveu pessoa com características bem diferentes do paciente.

Alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 1 ano e 3 meses sem que a ação penal tenha sido concluída.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e aduz ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano

Superior Tribunal de Justiça

o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator